



Minorias, manifestações e mídia: a hora de dizer o dizível¹

Heron Formiga²

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Resumo

O presente texto versa sobre o deslocamento da produção e circulação de mídia no Brasil. Considera-se que a contemporaneidade seja uma época em que as ditas minorias ideológicas estão assumindo espaços anteriormente dominados exclusivamente pelos grupos hegemônicos, em se tratando de poder e prestígio. Entre os conceitos contemplados para se abordar o tema, dou destaque ao de “manifestação” proposto por Gilles Deleuze.

Palavras-chave: mídia e sociedade; minorias ideológicas; relações de poder.

Este artigo encontrou inspiração em duas experiências em particular. Primeiro, é fruto dos esforços do Grupo de Pesquisa e Estudos em Mídia e Mídias Alternativas (Gupema), sob a liderança do prof. Dr. Ricardo Oliveira de Freitas, onde se articulam não somente conhecimentos de ordem bibliográfica, como também encontros com a vivência e toda uma sorte de trabalhos de campo. Segundo, nos despertou interesse, ali nas discussões do Gupema, a realização de festivais de audiovisual como o “Visões Periféricas”, sediado no Rio de Janeiro, cuja proposta é veicular em mostras competitivas as obras de autores e grupos desprivilegiados e habitantes de comunidades periféricas de todo o país. Tais empreitadas, ascendentes em número, parecem reais indícios de uma remodelação dos eixos de criação e distribuição audiovisual no Brasil e, principalmente, de que as minorias ideológicas³ estão resolvendo todas as truculentas

¹ Trabalho apresentado no evento IV Intercom Júnior (IJ-TC: Teorias da Comunicação), componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduando em Comunicação Social com habilitação em Rádio e TV, bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-PIBIC) sob a orientação do prof. Dr. Ricardo Freitas. E-mail: heron_formiga@hotmail.com.

³ “Tal termo abarca os recortes necessários para classificar populações ideologicamente marginalizadas, tais como: raça e etnia, gênero, sexualidade, geração, classe e, também, regionalismos. O termo “minorias” também tem sofrido distorções, já que, no mais das vezes, é relacionado à ordem quantitativa. E como as minorias são, quase sempre, numericamente maiores que as maiorias, a confusão se instaura. Por isso, o termo deve ser entendido em seu sentido sócio-antropológico, que diz ser o grupo que se encontra excluído das bases hegemônicas para limites identificatórios. (FREITAS, 2007).



“etapas” da produção, desde a roteirização, filmagem e edição até sua exibição ao público. Como um traço próprio da contemporaneidade, o festival “Visões Periféricas” aparece como um lugar do “quem” por excelência, da periferia sobretudo como autora.

É do gosto dos estudos midiáticos, como vias ou extensões dos estudos da linguagem, a questão da representação. A rigor, me refiro àqueles escritos cujo arcabouço metodológico revela um objeto que é sempre objeto de uma outra escritura, neste caso, das mídias massivas. Ou melhor, seus objetos possuem eles mesmos algum outro objeto sobre o qual dizem algo. Desta forma, a representação enquanto parâmetro de análise será um estudo daquilo que foi dito e, portanto, pertence ao domínio do “quê” e do “como”, no tocante à articulação dos conteúdos. Ao passo que tais estudos pensam os recortes humanos e suas representações, reflexos, retratos, encenações, imitações – enfim, uma sorte de atributos próprios dos conteúdos – a contemporaneidade cada vez mais torna evidente a necessidade de uma reflexão pertencente ao domínio do “quem”. Quem representa? Quem torna visível? Quem fala? Quem é? São estas as indagações que nos permitem pensar os produtores antes dos produtos, o autor antes do texto e a reapresentação antes da representação. Com este objetivo, proponho aqui versar sobre a mídia no Brasil a partir do conceito deleuziano de “manifestação” – e outros conceitos por extensão – o qual considero ser adequado para evidenciar as questões do “quem”.

Como entrada, retomo o texto “Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social”, de Lazarsfeld e Merton, cuja abordagem sobre a visibilidade operada com e através das mídias massivas será útil para a reflexão aqui pretendida.

Ao alcance do vértice

Embora motivada pela conjuntura social, política e cultural de seu lugar e época, a produção teórica da chamada escola funcionalista tem o seu valor para o pensamento sobre a contemporaneidade. Assim, o objeto do presente artigo, o deslocamento dos eixos de produção e circulação de mídia no Brasil, mesmo sendo ele uma marca própria do meu tempo, pode ser analisado a partir de textos que, apesar de muitos autores considerarem ultrapassados e superados, não deixam de trazer lições importantes. Antes de recorrer a obras recentes, portanto, é interessante retomar idéias anteriores já que, muitas vezes, a reflexão sobre a comunicação é a mesma, trocando somente a base fornecida pelos objetos localizados em seu tempo, e nós mesmos ali situados.



Quando Robert Merton e Paul Lazarsfeld pesquisavam a função dos *mass media* na sociedade norte-americana na década de 1940, a publicidade de mercado e as eleições eram as principais preocupações de suas análises. Mesmo que invocassem o rádio, a televisão e os jornais, estes eram pensados desde a influência que exercem sobre o consumo e sobre a escolha de representantes políticos, como os níveis mais altos de uma relação vertical entre veículos e público. Ambos afirmam que “os *mass media* conferem prestígio e crescem a autoridade de indivíduos e grupos, legitimando seu status. O reconhecimento pela imprensa (...) atesta que uma nova personalidade despontou; um ‘alguém’ de opinião e comportamento bastante significativos para atrair a atenção do público” (MERTON; LAZARSELD, 2000, p. 115). O poder, desta forma, aparece como um privilégio próprio das grandes empresas de mídia e das pessoas e produtos, cujo direito de “aparecer” é dado (ou vendido) por estas empresas, e deste círculo não poderia escapar, justamente porque, para Merton e Lazarsfeld, há uma distância vertical entre quem faz e quem consome. No vértice se exerce um controle das (de)formas assumidas pela base e, em virtude do não-movimento que os funcionalistas acreditam ser próprio dos estratos sociais, o contrário nunca é possível, sequer teorizável a partir de sua visão de mundo.

Hoje, é difícil se valer de eventos sociais específicos para traçar alegorias ligadas ao papel das mídias na sociedade, ou supor um evidente afastamento, ou talvez a própria existência de tal relação, entre dominadores e dominados. Equações de causa e efeito, como “a mídia oferece e o público consome” ou “a mídia exhibe e o público elege”, parecem ser, ao mesmo tempo, porcosamente negligentes e hiper-realistas quando o que está em jogo é a sociedade contemporânea. Ora somos levados a crer que esta lógica das funções dos *mass media* é injusta e pouco esclarecedora, ora que a mesma nunca encontrou tamanha correspondência com o real quanto hoje. Na verdade, este é o dilema típico do pensamento sobre a pós-modernidade segundo Jameson (1997): o momento que vivemos hoje é objeto ou de uma rejeição ou de uma ratificação em relação aos valores do momento anterior, isto é, da modernidade. Para todos os efeitos, se as coisas que acontecem são traços próprios do nosso tempo, ou o contrário, se não passam de sequências dos acontecimentos do passado, há de se considerar que as novas invenções – políticas, econômicas, domésticas, de telecomunicações etc. – possuem um tempo bem específico, justamente aquele em que se torna parte da vivência social. Mesmo que não se estabeleça aqui uma ligação direta entre um fato e outro, mas é sintomático que a criação de novas tecnologias da informação seja acompanhada pela emergência de



novos cenários, tanto políticos quanto estéticos, onde as pessoas constroem sua cidadania. A mídia encontra-se inserida entre estas novos cenários, motivando-os e sendo motivada simultaneamente.

Por outro lado, os comentários de Merton e Lazarsfeld me parecem corretos mesmo se aplicados a esta outra conjuntura, embora seja mais apropriado falar em ‘potencialidades’ que em ‘função’ dos *mass media*: os veículos ainda são importantes promotores de jogos de visibilidade e legitimação de *status*, mas, no tocante à contemporaneidade, a teoria deixou de assimilá-los a partir de duros esquemas de altos e baixos. E se os autores possivelmente estão se referindo a candidatos eleitorais e astros da propaganda quando mencionam uma “nova personalidade que despontou” ou “um alguém de opinião e comportamento bastante significativos”, os atores sociais que, atualmente, formam esse “alguém” visível são mais numerosos e diversos, embora não necessariamente tenham o controle sobre como, porque e com que frequência suas imagens são produzidas e divulgadas.

O interesse pelos efeitos revela a possibilidade de se observar o espaço público como um lugar de retorno, isto é, de onde as mídias retiram suas formas e ao qual devolve alguma coisa. O conceito de “cruzada” levantado pelos autores, por exemplo, é uma máxima sobre a questão do interesse público dos *mass media*. Uma cruzada entra em vigor como um esforço de desmascaramento de práticas que ferem os valores morais da sociedade; trata-se de uma busca por sujeira e uma oferenda à força de criminosos, políticos corruptos, sonegadores e demais tipos ofensivos. À respeito de nosso tempo, se por um lado as “cruzadas” evidenciam uma forma de violência operada pelas mídias, por outro re-introduz uma outra noção fundamental sobre a mesma, mas frequentemente esquecida: a de trabalho. As mídias massivas, na medida em que detêm o poder discursivo e retórico aludido por Merton e Lazarsfeld, precisam ser consideradas como serviços legais em termos jurídicos e, enquanto típica profissão, será sempre uma promessa de retorno à sociedade. Vista como “ganha-pão”, a mídia perde sua posição no vértice e passa à integrar a base.

No bojo destas compreensões, os recortes humanos que qualificam as minorias ideológicas aparecem (ou estiveram sempre lá?) como forças de rearranjo, cujo impulso de contra-hegemonia os aproximam cada vez mais do trabalho midiático e de assumir suas próprias “cruzadas”. Assim, a pós-modernidade assinala uma oportunidade não apenas de consumir e eleger, mas sobretudo de oferecer e exhibir. De certa forma, este é o tempo no qual os grupos e indivíduos não mais esperam e reivindicam representações



justas de si, mas eles próprios se reapresentam em um espaço que, historicamente, não atua em favor deles ou respeita seus interesses. Se anteriormente citei a emergência de “novas invenções” é porque, a princípio, estas se configuram como elementos importantes dentro de tais movimentos contra-hegemônicos, especialmente no que diz respeito às tecnologias digitais – a Internet aí inclusa. Mas é preciso notar a conjuntura social, política e cultural destas inserções e, seguindo o exemplo de Merton e Lazarsfeld, considerar seu contexto público.

A ruína da não-força

As conquistas, emergências e reivindicações a que faço referência estão inscritas no debate sobre os desdobramentos da época pós-moderna e da globalização, momentos de intensas e numerosas renovações – inclusive das maneiras de dominar e de contestar. Desaparecem as linhas verticais, possíveis para os funcionalistas, e surgem as interconexões e interpenetrações das mais variadas naturezas, o que coloca em cheque o próprio valor dos fluxos de poder, especialmente por que:

A vinculação das demandas multiculturais com a problemática dos direitos, através de um discurso sobre a legitimidade das diferenças e a necessidade de reparação tem aparecido, simultaneamente, como uma tentativa de “pacificar” o caráter mais “truculento” da emergência desses novos atores sociais que postulam uma identidade de base cultural, e como aprofundamento da disputa, uma vez que claramente há reivindicações de poder envolvidas” (BURITY, 1999).

Burity nos indica que, se as demandas identitárias procuram consolidar, legalizar ou institucionalizar o poder que deliberadamente afirmam possuir, estas o fazem quase sempre a partir de uma “base cultural”, valendo-se de sua produção e representatividade cultural para corroborar esta busca. Seja em projetos de resgate do passado ou na inserção das novidades nos mercados, há sempre um bem cultural em trânsito e esta é uma das razões pela qual a reflexão sobre as mídias revela-se interessante – não somente como entidades portadoras de uma função social, mas sobretudo porque elas próprias se transformam e renovam quando novos atores entram em jogo. Mas a questão dos meios não passa de um recorte metodológico quando se versa sobre a problemática das identidades e suas representações. Como observa Martín-Barbero, as dimensões do conflito entre os discursos hegemônicos e contra-hegemônicos, antes de estarem localizadas no campo das mídias, pertencem ao nível dos modelos culturais e dos mediadores (MARTÍN-BARBERO, 2004). Desta forma, a presença e a ausência da voz dos excluídos nos meios de comunicação será sempre uma questão pública e não de



públicos, como previam as linhas funcionalistas. Não significa negar o valor estético-comercial de uma produção feita pelos e sobre as minorias ideológicas, tampouco deduzir que a apropriação da linguagem será necessariamente um ato meramente político. Mas o que as minorias fazem com e através das mídias alimenta a manutenção do *status quo* em várias instâncias.

Para além da reivindicação por representações justas, a modernidade inaugura a auto-representação das minorias e sua “chegada” aos veículos. Apesar de encontrarem, em meio às tecnologias da comunicação, uma série de manuais, vícios e modelos já consagrados de produção (afinal, somente há pouco é que os grupos marginalizados começaram a assumir posições em tal campo – quanto tempo levará para influenciarem na remodelação do trabalho?), nada elimina as chances de navegarem por novos caminhos. Rádio, tv, vídeo, Internet e impressos passam por revisões de método, estética e conteúdo, não com o intuito de se tornarem meros serviços à disposição dos que desejam visibilidade, ou como espaços de exposição os quais as pessoas podem abandonar quando alcançarem suas metas, mas para serem assimiladas como legítimos meios de vida. Esta é uma maneira de superar a “problemática dos direitos”, já que há sempre a possibilidade da reivindicação (o direito à voz, por exemplo) transformar-se em *know-how*, em ocupação cotidiana, e então a busca pelo poder deixa de ser um “pedido” ou “exigência”, feita de dentro para fora, e assume uma autonomia reluzente.

Logicamente, boa parte das indagações feitas aqui assume apenas um corpo teórico e especulativo, sempre fundamentada em poucos, mas emergentes exemplos de minorias que operam os discursos das/nas mídias massivas. O que possibilita a quase totalidade destas iniciativas são os investimentos externos, tão indispensáveis quanto escorregadios, que impulsionam os movimentos de reação, mas não garantem o futuro. A disponibilização de recursos e esforços, seja do Estado, das casas privadas ou de ONGs, representa uma atitude de urgência, cujo papel é o de burlar o atraso de um modelo social, político e econômico, enquanto as reparações deste modelo não acontecem. De todo modo, tais cenários parecem dismantelar o conceito de minorias como uma “não-força”, tão afugentadas e vulneráveis que não conseguem sair do lugar sombrio onde habitam. Assim afirma René Lenoir: “Não se trata mais de inferioridade da representação social com relação à dinâmica conflitual das forças sociais; antes é o caso de ‘não-forças’ sociais, categorias excluídas da ordem socioeconômica, incapazes de dotar-se de qualquer representação social” (citado por DEMO, 2002, p.22). Mas é inegável que o retorno do *pathos* comunitário das minorias ideológicas é motivada pela



reivindicação de poderes, possível através da imposição de uma cidadania tardia, mais ou menos como se o sistema fosse cobrado por algo que está devendo.

Mesmo em termos da democracia formal, seria pouco consistente imaginar que a atenção dedicada aos excluídos adviesse apenas de conotações éticas, porque é por demais visível o temor diante de uma situação da qual se pode perder o controle. O próprio aumento crescente dos excluídos, atingindo cada vez mais indivíduos de estratos superiores, significa que não se trata de segmentos disfuncionais apenas” (DEMO, 2002, p.23).

Os comentários de Demo têm um valor de provocação o qual não pretendo aprofundar aqui, mas ilustram com propriedade o re-posicionamento dos dominados como um processo de ruptura e não meramente dialético. Parece evidente, baseado nestes argumentos, que os encontros entre os grupos hegemônicos e contra-hegemônicos estarão sempre atravessados por uma suspeita quanto às intenções de um e de outro – se as tentativas de inclusão são legítimas (e não ordinariamente assistencialistas), se não haverá motins, se os direitos serão de fato garantidos e igualmente aplicados à todos etc. – e esta tensão existirá enquanto uns alimentarem o medo de perder o que se tem e outros de não chegarem a possuir o que nunca se teve.

Encontros entre arte, política e vivência

Desconsiderando as populações marginalizadas como “não-forças”, uma marca se sobressai da questão: se há de fato uma força nas ondas contra-hegemônicas, ela é fruto, principalmente, da manifestação. Aproveito, neste ponto, as idéias de Gilles Deleuze, encontradas em uma obra conceitual e de filosofia, que não versa objetivamente sobre as problemáticas das mídias. Segundo o autor, existe a proposição – a enunciação possível dos acontecimentos. Dela, deriva a manifestação: “o enunciado dos desejos e das crenças que correspondem à proposição”, sendo o desejo “a causalidade interna de uma imagem no que se refere à existência do objeto ou do estado de coisas correspondente” e a crença “a espera deste objeto ou estado de coisas, enquanto sua existência deve ser produzida por uma causalidade externa” (DELEUZE, 2000, p.14). Relevando os conceitos de Deleuze, através da manifestação (ou ela própria como uma causa) as projeções nascidas do desejo assumem o corpo de possibilidade aguardada pela crença; ela representa a visibilidade das proposições e dos recortes do real. A manifestação, mesmo que não necessariamente de alcance público, pode ser pensada como uma das bases fundadoras da busca por visibilidade, pois, como defende Deleuze, ali está o campo do dizível por excelência. De modo esquemático e simplista,



as “causalidades internas”, características e específicas de cada demanda identitária, encontraram na conjuntura moderna uma boa oportunidade para consolidar-se como promessa, e assim, algo passível de ser verdade. Os manifestantes, enquanto tais, ao defenderem suas experiências, trazem à “cena social algo que não estava lá. Algo que tanto designa o ‘quem’ como o ‘quê’ em disputa” (BURITY, 1999). À primeira vista, tal prática seria nada mais que um convite à visão – de onde pode surgir a confusão dos conceitos de “manifestação” e “representação” – mas arrisco afirmar que sua reluzente importância primeira é o fato de poder jogar as cartas na mesa, já não de modo sutil, mas assumindo os contornos de conflito.

A manifestação é uma tomada de consciência ao mesmo tempo em que pertence ao domínio da linguagem. Manifestar é, simultaneamente, ser e dizer o que se é. As mídias massivas são constituintes tanto do “ser” quanto do “dizer” a partir do momento em que as vozes que dali partem entram em circulação e provocam toda uma sorte de reações públicas, cujos desdobramentos podem (ou não) ser decisivos na reconstituição do estar-no-Mundo das identidades culturais. Não seria um equívoco afirmar que o “dizível”, de certa forma, sempre existiu dentro dos limites da “causalidade interna”, mas apenas o “dizer”, frutos de uma “causalidade externa”, pôde confrontar as heranças culturais do racismo, do eurocentrismo e do colonialismo.

Um outro atributo da manifestação ao qual Deleuze se refere é a presença do Eu como manifestante de base: “os manifestantes, a partir do Eu, constituem o domínio do *peçoal*, que serve de princípio a toda designação possível” (DELEUZE, 2000, p. 14). O Eu seria aquele que começa a praticar a fala, independentemente se os desejos e crenças que o motivam sejam exclusivos ou compartilhados. Ele pode até não ser o fundamento da manifestação, mas carrega consigo toda a expressão necessária para criá-la.

Assim que o Eu entra em pauta, parece ingrato versar sobre a manifestação das minorias única e exclusivamente como movimento de resistência, democratizante e reparador. A articulação de conteúdos – texto, áudio, vídeo, grafites, pinturas, *websites* etc. – promovida pelos sujeitos marginalizados nem sempre tem a mobilização como um fim. Ela antes pode ser o resultado de um desejo artístico íntimo daqueles que produzem e, neste caso, sua finalidade é a de expor a visão de mundo dos autores, ao invés de carregarem as denúncias de injustiça social feitas pelo grupo identitário do qual se sentem parte. Aqui está a razão pela qual menciono a manifestação antes da representação, pois este último implica sempre uma relação com o assunto das obras (a representação de uma dada comunidade, independente de quem são os autores dela, terá



como assunto aquela comunidade), ao passo que a manifestação não chama a atenção para os conteúdos, mas para o “quem faz”. As minorias tanto buscam o direito de contar sua própria história quanto o de contar suas próprias histórias – isto é, a problemática da descentralização dos meios de comunicação prevê as chances de afirmação dos atores sociais enquanto tais e enquanto autores, livres para criar e se expressarem. Alguns pensadores, inclusive, defendem o seguinte: toda obra cujo autor encontra-se às margens dos privilégios terá sempre um valor político, pois significa por si só uma nova investida contra-hegemônica. Em certa medida, trata-se de uma verdade. Afinal, se estas obras nem sempre nos levam a conhecer objetivamente os traços de certa identidade cultural, elas nos apresentam um autor cujo contexto lhe atravessa a visão, esteja ela apontada para si ou para todas as outras coisas.

Deslocando o problema para o nível cultural, o antropólogo francês Michel de Certeau demonstra a ligação entre manifestações artístico-culturais e políticas:

O caminho tomado e seguido normalmente por um movimento que resgata sua autonomia é exumar, sob a manifestação cultural que corresponde a um primeiro momento de tomada de consciência, as implicações políticas e sociais que aí se acham envolvidas. Isso não significa, no entanto, eliminar a referência cultural, pois a capacidade de simbolizar uma autonomia no nível cultural permanece necessária para que surja uma força política própria. Porém é uma força política que vai conferir à declaração cultural o poder de realmente se afirmar” (CERTEAU, 1995, p. 148).

A título de ilustração, me parecem significativas as idéias discutidas em uma entrevista realizada por meu orientador, Ricardo Freitas, com Jamilton Galdino, membro do movimento Artemanha e um dos diretores/autores do curta-metragem *Lia*⁴. Indagado se considerava *Lia* produto de uma vontade artística ou política, Jamilton respondeu que aquele filme era resultado de um fazer e de uma consciência artísticos. E em seguida a seguinte pergunta lhe foi dirigida: “mas quando *Lia* é selecionado por um festival como o Visões Periféricas⁵, você considera que seu filme participa como ‘arte’ ou como ‘movimento’”? Na ocasião, Jamilton concluiu que *Lia* foi pensado, desde o roteiro até as filmagens, como uma manifestação artística, mas no instante em que o mesmo encontra a vivência e as experiências de vida, adquire o poder de denúncia e de mobilização social.

⁴ O Artemanha é um movimento de arte e cultura cuja atuação se dá entre as classes desprivilegiadas da cidade de Caravelas, Bahia. O curta *Lia*, de Jamilton Galdino e Franklin Costa, é o resultado de um curso de linguagem audiovisual ministrado naquela cidade – uma iniciativa da ONG americana Mangrove Action Project, preocupada com a conservação e restauração de manguezais em todo o mundo.

⁵ Aconteceu no Rio de Janeiro em 2007. O objetivo deste festival era promover uma mostra competitiva de filmes produzidos por habitantes de comunidades periféricas de todo o país.



Retornando aos dizeres de Deleuze, a entrevista descrita parece evidenciar a carga de significações presente na proposição. Os recortes do real (e isto não depende das diferenças e semelhanças entre ficção e não-ficção, se é que elas existem), mesmo quando feitos sem esta ou aquela intenção, conferem visibilidade aos traços marcantes do lugar de onde se originaram, especialmente porque estamos falando de espaços e pessoas que estiveram invisibilizados durante muito tempo. Não é realmente necessário uma tomada de consciência social e política por parte dos manifestantes para que a conjuntura de sua realidade apareça naquilo que produzem. E resalto novamente: pensar a partir da manifestação nos permite enxergar o “quem fala” mais que os outros atributos da fala, pois afinal, a liberdade de discursos e as sucessivas aberturas para compartilhá-los com outras pessoas dizem sempre respeito à inclusão de novos sujeitos no processo, seja o que for aquilo que irão dizer.

Referências bibliográficas

BURITY, Joaílto. **Globalização e Identidade: desafios do multiculturalismo**. Disponível em < www.fundaj.gov.br/docs/text/jburity02.doc>. Acesso em: 19 set 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DELEUZE, Gilles. **A lógica do sentido**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. **O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação**. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREITAS, Ricardo O. de. **A periferia da periferia: mídias alternativas em ambientes não-metropolitanos**. Disponível em <www.adevento.com.br/INTERCOM/2007/resumos/R0499-1.pdf>. Acesso em 01 março 2008.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

LAZARSFELD, Paul; MERTON, Robert. **Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social**. In: LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.